



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Portinho

EMENDA Nº
(ao PL 5582/2025)

Dê-se ao § 3º do art. 5º do Projeto a seguinte redação:

“**Art. 5º**

.....

§ 3º Na hipótese de comprovada urgência ou risco de ineficácia da medida, o Ministério Público se manifestará em 24 (vinte e quatro) horas e o juiz decidirá em igual prazo.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo aperfeiçoar o texto legal, assegurando sua conformidade com o sistema acusatório previsto na Constituição Federal e garantindo maior efetividade às medidas cautelares no âmbito da persecução penal.

O primeiro ponto consiste no fortalecimento do sistema acusatório, nos termos do art. 129, I, e do art. 129, VII, da Constituição Federal. A previsão proposta assegura que o Ministério Público, enquanto titular exclusivo da ação penal pública e órgão responsável pelo controle externo da atividade policial, manifeste-se previamente à concessão da medida cautelar. Essa exigência preserva a lógica do sistema acusatório e está em consonância com a interpretação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma a separação entre as funções de investigar, acusar e julgar.

O segundo ponto refere-se à celeridade compatível com a urgência da medida. Em hipóteses de risco real de perda da prova ou de fuga do investigado,



o prazo de 24 horas permite atuação tempestiva, assegura a utilidade da medida e evita a contaminação do ato por nulidades decorrentes de eventual demora injustificada.

Ante o exposto, diante da importância da presente emenda, **contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.**

Sala da comissão, 2 de dezembro de 2025.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)
Líder do Partido Liberal



Assinado eletronicamente, por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6610832182>